

então muitíssimo bem quantas obrigações Roma, a Itália e o mundo devem a César.

E, sem dúvida, se for um ser humano, sentirá horror à imitação dos tempos maus e se inflamará com um imenso desejo de seguir os bons. E o príncipe que realmente buscar a glória mundana deverá desejar ter nas mãos uma cidade corrompida, não para destruí-la de todo, como César, mas para reordená-la, como Rômulo. E, realmente, os céus não podem dar aos homens maior ocasião de glória, nem os homens podem desejar glória maior. E, se, para bem ordenar uma cidade, houvesse necessidade de depor o principado, mereceria alguma desculpa quem não a ordenasse para não cair de tal posição, mas, em sendo possível manter o principado e ordená-la, não merece desculpa alguma quem não o faça. E, em suma, aqueles a quem os céus dão tal ocasião devem considerar que têm diante de si duas vias: uma que lhes permite viver em segurança e, depois de mortos, os torna gloriosos, e outra que os faz viver em contínuas angústias e, depois da morte, deixar de si a sempiterna infâmia.

11. Da religião dos romanos⁵³

Embora Roma tivesse Rômulo como primeiro ordenador e lhe coubesse reconhecer nele, como se filha fosse, o nascimento e a educação que teve, os céus, julgando que as ordenações de Rômulo não bastavam a tanto império, inspiraram no peito do Senado romano a eleição de Numa Pompílio como sucessor de Rômulo, para que as coisas que Rômulo deixara sem fazer fossem ordena-

53. Tito Lívio, I, 19-21. [N. da R. T.]

das por Numa; este, encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo à obediência civil⁵⁴ com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma cidade [*civitas*]; e a constituiu de tal modo que por vários séculos nunca houve tanto temor a Deus quanto naquela república, o que facilitou qualquer empreendimento a que o senado ou aqueles grandes homens romanos quisessem entregar-se. E quem examinar as infinitas ações do povo de Roma em conjunto e de muitos dos romanos de per si verá que aqueles cidadãos temiam muito mais violar o juramento que as leis, porquanto estimavam mais o poder de Deus que o dos homens, como se vê claramente dos exemplos de Cipião e de Mânlio Torquato. Porque, depois da derrota infligida por Aníbal aos romanos em Canas, muitos cidadãos se haviam reunido e, desacompanhados com a pátria, ao saber disso, foi ter com eles e, de espada em punho, obrigou-os a jurar que não abandonariam a pátria. Lúcio Mânlio, pai de Tito Mânlio, que depois foi chamado Torquato, fora acusado por Marcos Pompônio, tribuno da plebe, e, antes de chegar o dia do julgamento, Tito foi ter com Marcos e, ameaçando matá-lo se ele não jurasse que retiraria a acusação feita a seu pai, obrigou-o a jurar; e aquele, tendo jurado por medo, retirou a acusação⁵⁵. E, assim, aqueles cidadãos que não eram retidos na Itália pelo amor à pátria e por suas leis, foram ali retidos por um juramento que foram obrigados a fazer; e aquele tribuno deixou de lado o ódio que sentia pelo pai, a injúria que

54. Ao respeito às leis. [N. da R. T.]

55. Tito Lívio, XXII, 53. [N. da R. T.]

56. *Id.*, VII, 4-5. [N. da R. T.]

Ihe fizera o filho e a sua honra, para cumprir o juramento feito, o que adveio tão-somente daquela religião que Numa introduzira naquela cidade.

E quem considerar bem as histórias romanas, verá como a religião servia para comandar os exércitos e infundir ânimo na plebe, para manter os homens bons e fazer com que os reis se envergonhem. De tal modo que, caso houvesse uma disputa para se saber a que príncipe Roma devia mais, se a Rômulo ou a Numa, creio que Numa ficaria em primeiro lugar: porque, onde há religião, facilmente se podem introduzir armas; e, onde houver armas, mas não houver religião, esta com dificuldade poderá ser introduzida. E vede que Rômulo, para ordenar o senado e para criar outras ordenações civis e militares, não precisou da autoridade de Deus, mas Numa sim, e este simulou ter intimidade com uma Ninfa, que lhe aconselhava aquilo que ele deveria aconselhar ao povo: e tudo porque ele queria criar ordenações novas e inusitadas naquela cidade, mas desconfiava que sua autoridade não bastava.

E, de fato, nunca houve ordenador de leis extraordinárias, em povo nenhum, que não recorresse a Deus; por que de outra maneira elas não seriam aceitas: pois há muitas boas coisas que os homens prudentes conhecem, mas que não têm em si razões evidentes para poderem convencer os outros. Por isso, os homens sábios, que querem desembaraçar-se dessa dificuldade, recorrem a Deus. Foi o que fizeram Licurgo, Sólon e muitos outros que tiravam as mesmas finalidades. O povo romano, portanto, maravilhado com a bondade e a prudência de Numa, cedia a todas as suas deliberações. É bem verdade que o fato de serem cheios de religião aqueles tempos, e rudes os homens com que ele precisava lidar, facilitou-lhe mu-

to o alcance de seus desígnios, visto que lhe era possível imprimir-lhes qualquer nova forma. E, sem dúvida, quem hoje quisesse criar uma república encontraria mais facilidade nos montanheses, entre os quais não há civilidade [*civilitã*], do que naqueles que estão acostumados a viver nas cidades, onde a civilidade [*civilitã*] é corrompida: e um escultor extrairá com mais facilidade uma bela estátua do mármore bruto do que dum mármore mal esboçado por outrem.

Considerando tudo, portanto, concluo que a religião introduzida por Numa foi uma das principais razões da felicidade daquela cidade, pois ensinou boas ordenações; as boas ordenações trazem boa fortuna; e da boa fortuna nasceram os bons êxitos das empresas. E, assim como a observância do culto divino é razão da grandeza das repúblicas, também o seu desprezo é razão de sua ruína. Pois onde falta o temor a Deus, é preciso que o reino arruíne-se ou que seja mantido pelo temor a um príncipe que supra a falta da religião. E como os príncipes têm vida curta, o reino só poderá desaparecer logo, ao desaparecer a *virtu* dele. Motivo por que os reinos que dependem apenas da *virtu* de um homem são pouco duradouros, pois a *virtu* desaparece com a vida desse homem; e raras vezes ocorre ser ela renovada com a sucessão, como prudentemente diz Dante:

*Rade volte discende per li rami
L'umana probitate; e questo vuole
Quei che la dà, perché da lui si chiami!*⁵⁷

57. Pelos ramos é raro que descenda

A probidade humana, e assim o quer

Quem a dá, p'ra que ao nome seu atenda.
(*Purgatório*, II, 121-3). [N. da T.]

A salvação de uma república ou dum reino, portanto, não está em ter um príncipe que governe com prudência enquanto vive, mas em ter um que ordene tudo de tal modo que, morto embora, tudo se mantenha. E, ainda que os homens rudes sejam mais facilmente persuadidos dum ordenação ou dum opinião nova, nem por isso é impossível persuadir os homens civis que não se presumem rudes. O povo de Florença não parece ser ignorante nem rude, no entanto, o frei Jerônimo Savonarola o persuadiu de que falava com Deus: Não quero julgar se era verdade ou não, pois que de tal homem se deve falar com reverência, mas digo, sim, que um número infinito de florentinos acreditava sem ter visto nada de extraordinário que os levasse a crer; porque sua vida, sua doutrina e o assunto de que falava eram suficientes para que lhe dessem fé. E que ninguém tema não poder conseguir o que foi conseguido por outro; pois os homens – como dissemos em nosso prefácio – nasceram, viveram e morreram, sempre, segundo uma mesma ordenação.

12. Da grande importância de ter em conta a religião, e de como a Itália está arruinada, por ter falhado nisso, graças à Igreja romana⁵⁸

Os príncipes ou as repúblicas que queiram manter-se incorruptos devem, acima de tudo, manter incorruptas as cerimônias de sua religião e venerá-las sempre; porque não pode haver maior indício da ruína de um estado do que o desprezo pelo culto divino. Isso é fácil de enten-

58. Tito Lívio, V, 22. [N. da R. T.]

der, desde que se conheça em que se fundamenta a religião em que se nasceu; porque o fundamento da vida de toda religião assenta em alguma ordenação principal. A vida da religião pagã fundamentava-se nas respostas dos oráculos e na seita dos adivinhos e dos arúspices: todas as outras cerimônias, sacrifícios e ritos decorriam disso, pois todos acreditavam que o mesmo Deus que podia predizer um bom ou um mau futuro podia também concedê-lo. Donde nasciam os templos, os sacrifícios, as supplicações e todas as outras cerimônias de veneração, motivo da existência do oráculo de Delos, do templo de Júpiter Amon e de outros célebres oráculos que enchiam o mundo de admiração e devoção. Como estes depois começaram a falar de acordo com o que queriam os poderosos, e como tal falsidade foi descoberta pelos povos, os homens se tornaram incrédulos e propensos a perturbar todas as boas ordens. Os príncipes dum república ou dum reino, portanto, devem conservar os fundamentos de religião que professam; e, feito isso, ser-lhes-á mais fácil manter religiosa e, por conseguinte, boa e unida a sua república. E todas as coisas que surjam em favor da religião, ainda que possam ser julgadas falsas, devem ser por ele favorecidas e estimuladas; e tanto mais devem fazê-lo quanto mais prudentes e mais co-nhecedores forem das coisas naturais. E, como esse modo foi observado pelos homens sábios, surgiu a crença nos milagres, que se celebram nas religiões, ainda que falsas; porque os prudentes os aumentam, seja qual for o princípio de que nasçam, e a sua autoridade lhes dá fé junto a todos. Houve muitos desses milagres em Roma; conta-se, por exemplo, que, quando os soldados romanos saqueavam Veios, alguns deles entraram no templo de Juno e,

aproximando-se de sua imagem, perguntaram: "Vis veni-
re Romam?"⁵⁹ A alguns pareceu que ela fizesse um aceno
afirmativo, a outros, que dizia que sim. Porque, sendo
aqueles homens cheios de religião (o que Tito Lívio de-
monstra, porque entraram no templo sem tumulto, to-
dos devotos e reverentes), pareceu-lhes ouvir a respos-
ta que houvessem pressuposto para sua pergunta: opi-
nião e credulidade que foram favorecidas e estimuladas
por Camilo e por outros príncipes da cidade. E se tal re-
ligião⁶⁰ fosse mantida nos primórdios da república cris-
tã, em conformidade com o que foi ordenado por seu
legislador, os estados e as repúblicas cristãs seriam mais
unidos, bem mais felizes do que são. Outra conjectura
não se pode inferir de sua decadência, haja vista que os
povos mais próximos da Igreja romana, capital da nos-
sa religião, são os que têm menos religião. E quem con-
siderasse seus fundamentos e visse a grande diferença
que há entre os costumes presentes e aqueles, conside-
raria estar próxima, sem dúvida, a ruína, ou o flagelo.

E, como muitos são de opinião que o bem-estar das
cidades da Itália provém da Igreja romana, quero expor
as razões que me ocorrem para contrariar tal opinião, e
alegarei duas fortíssimas razões às quais, parece-me, nin-
guém se oporá. A primeira é que, pelos maus exemplos
daquela corte, a Itália perdeu toda devoção e toda reli-
gião, o que acarreta infinitos inconvenientes e infinitas
desordens; porque, assim como se pressupõe todo bem
onde há religião, pressupõe-se o contrário onde ela fal-
ta. Portanto, nós, italianos, temos para com a Igreja e os
padres essa primeira dívida, que é a de nos termos torna-

59. Querês ir para Roma? (cf. Tito Lívio, V, 22). [N. da R. T.]

60. No sentido de religiosidade, crença. [N. da R. T.]

do sem religião e maus; mas temos ainda outra dívida, e
maior, que é a segunda razão da nossa ruína. É que a
Igreja manteve e mantém esta terra dividida. E, realmen-
te, terra alguma jamais foi unida ou feliz, a não ser quan-
do inteiramente submetida a uma só república ou a um
só príncipe, como ocorreu com a França e com a Espanha.
E a razão de a Itália não estar nas mesmas condições e de
não ter também uma só república ou um só príncipe para
governá-la é somente a Igreja: porque, tendo ela aqui es-
tabelecido sede e governo temporal, não teve força nem
virtu suficiente para ocupar a tirania⁶¹ da Itália e tornar-se
seu príncipe, enquanto, por outro lado, não foi bastante
fraca para, por medo de perder o domínio das suas coi-
sas temporais, convocar a ajuda de algum poderoso que
a defendesse contra aquele que se tivesse tornado pode-
roso demais na Itália, conforme se viu outrora em muitos
casos, como quando, com a ajuda de Carlos Magno⁶², ela
expulsou os longobardos, que já eram quase reis de toda
a Itália; e quando, em nossos tempos, tirou o poder das

61. A tradução dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* segue, em linhas gerais, o texto estabelecido pela edição de Guido Mazzoni (*Tutte le opere*, Florença, Barbèra, 1929), que é comumente adotada pelos editores. Algumas correções a essa edição, feitas por aquela anotada por Giorgio Inglese (*Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, Milão, Rizzoli, 1984), acompanhadas da devida justificativa, serão indicadas apenas para passagens nas quais o sentido do texto estaria fortemente alterado.

Aqui, em vez de "ocupar a tirania da Itália" *occupare la tirannide d'Italia*, Inglese propõe "ocupar o restante da Itália" *occupare il rimanente d'Italia* e justifica a partir das diferentes lições do texto original. Além disso, argumenta-se que a opção "ocupar a tirania" seria pleonástica, devido ao que segue ("tor-
do determinado, que não caberia aqui e interromperia o curso do raciocínio"
Inglese, *op. cit.*, p. 222). [N. da R. T.]

62. Em 774. [N. da T.]

mãos dos venezianos com a ajuda da França⁶³ e depois expulsou os franceses com a ajuda dos suíços⁶⁴. Portanto, não tendo sido poderosa para ocupar a Itália nem tendo permitido que outro a ocupasse, a Igreja impediu que ela fosse governada por um só príncipe; e foi por estar submetida a vários príncipes e senhores, dos quais nasceram tanta desunião e tanta fraqueza, que a Itália se tornou presa não só dos bárbaros poderosos quanto de qualquer um que a ataque. Coisa que nós outros, italianos, devemos à Igreja e a mais ninguém. E quem quisesse fazer experiência para ver a verdade com mais clareza, precisaria ter poder suficiente para mandar a corte romana, com a autoridade que tem na Itália, estabelecer sede nas terras dos suíços, único povo que hoje vive segundo os costumes antigos tanto no que se refere à religião quanto às ordenações militares: veria que em pouco tempo os maus costumes de tal corte causariam mais desordem naquelas terras do que qualquer outro acontecimento que em qualquer tempo pudesse ali ocorrer.

13. De como os romanos utilizavam a religião para reordenar a cidade, realizar suas empresas e debelar os tumultos

Não me parece fora de propósito aduzir alguns exemplos de como os romanos utilizavam a religião para reordenar a cidade e para realizar suas empresas; e, conquan-

63. Com a Liga de Cambrai, promovida pelo papa Júlio II contra Veneza, em 1508-1509 (cf. CAVALA, *op. cit.*, p. 82).

64. Com a Santa Liga, promovida por Júlio II contra os franceses em 1511-1512 (cf. *id.*, *ibid.*).

to em Títo Lívio se encontrem muitos desses exemplos, contento-me com estes. Como o povo romano tivesse constituído tribunos com poder consular, sendo todos plebeus exceto um, e ocorrendo naquele ano peste, fome e certos prodígios, os nobres usaram essa ocasião na nova eleição dos tribunos, dizendo que os deuses estavam irados porque Roma usara mal a majestade de seu império, e que não havia outro remédio para aplacar os deuses, senão restringir a escolha dos tribunos à classe dos nobres, donde que a plebe, atemorizada por aquela religião, elegu os tribunos todos nobres⁶⁵. Vê-se também como, na expugnação da cidade de Veios, os capitães dos exércitos se valiam da religião para manter seus homens dispostos às empresas; pois, como o lago Albano estivesse surpreendentemente cheio naquele ano, e os soldados romanos estivessem enfadados com o longo assédio, querendo voltar para Roma, os romanos inventaram que Apolo e alguns outros vaticínios diziam que naquele ano se expugnaria a cidade de Veios, desde que se vazasse o lago Albano⁶⁶; e isso fez que os soldados suportassem o fastio do assédio, dominados que estavam pela esperança de expugnar a cidade; e prosseguiram contentes, até que Camilo, tornando-se ditador, expugnou a cidade, depois de dez anos de sítio. E assim a religião, bem usada, serviu à expugnação daquela cidade e à restituição do tribunado à nobreza; pois, sem esse meio, dificilmente se teria chegado a qualquer dessas coisas.

Não quero deixar de narrar, a propósito, outro exemplo. Eram muitos os tumultos surgidos em Roma por causa do tribuno Terentílio, que queria propor certa lei

65. Títo Lívio, V, 13-4. [N. da R. T.]

66. Títo Lívio, V, 15-6. [N. da R. T.]

pelas razões que abaixo, em seu devido lugar, serão expostas⁶⁷; entre os primeiros remédios usados pela nobreza esteve a religião, da qual se serviram de dois modos. De uma vez, mandaram consultar os livros sibílicos, e estes responderam que, devido às sedições civis, era iminentemente naquele ano o perigo de a cidade perder a liberdade; ainda que desmascarada pelos tribunos, essa previsão criou tanto terror na plebe que arrefeceu seu ânimo para segui-los. A segunda vez foi quando certo Ápio Herdônio⁶⁸ ocupou uma noite o Capitólio, com uma multidão de quatro mil homens formada por banidos e servos, de tal modo que se podia temer que, se os equos e os volscos, perpétuos inimigos do nome romano, se dirigissem para Roma, poderiam tomá-la de assalto; como os tribunos insistissem em continuar em sua pertinácia a propor a lei Terentila, dizendo que aquele assalto era simulado, e não verdadeiro, saiu do senado certo Públio Rubério⁶⁹, cidadão severo e de autoridade, que, com palavras em parte amorosas, em parte ameaçadoras, mostrando à plebe os perigos que a cidade corria e dizendo que era imtempesiva aquela sua reivindicação, obrigou-a a jurar que não se afastaria da vontade do cônsul; e a plebe, obediente, recuperou o Capitólio pela força. Mas, como o cônsul Públio Valério morreu em tal expugnação, Tito Quíncio⁷⁰ foi feito cônsul logo a seguir; este, para não deixar a plebe descansar nem dar-lhe tempo de pensar na lei Terentila, ordenou-lhe que saísse de Roma para combater os

67. Cf. *Discursos*, I, 39. [N. da R. T.]

68. Tito Lívio, III, 15-8. [N. da R. T.]

69. Maquiavel quer dizer Valério, conforme atesta Tito Lívio (III, 17) e como se verá logo em seguida (cf. *CAPIVA*, *op. cit.*, p. 83).

70. Tito Lívio, III, 21. [N. da R. T.]

volscos, dizendo que, como o povo fizera o juramento de não abandonar o cônsul, era obrigada a segui-lo: a isso os tribunos se opunham, dizendo que aquele juramento tinha sido feito ao cônsul morto, e não a ele. Assim mesmo, Tito Lívio mostra que a plebe, por medo da religião, preferiu obedecer ao cônsul a crer nos tribunos; e, em favor da antiga religião, diz estas palavras: "Nondum haec, quae nunc tenet saeculum, negligentia Deum venerat, nec interpretando sibi quisque jusjurandum et leges aptas faciebat."⁷¹ Motivou por que, desconfiando os tribunos que perderiam então toda a sua dignidade, fizeram um acordo com o cônsul, segundo o qual lhe obedeceriam e, durante um ano, não se falaria em lei Terentila, enquanto os cônsules, por um ano, não poderiam levar a plebe à guerra. E, assim, a religião fez que o senado vencesse aquelas dificuldades, que, sem ela, jamais teria vencido.

14. Os romanos interpretavam os auspícios segundo a necessidade e demonstravam observar com prudência a religião, quando forçados não a observavam; e, se alguém, temerariamente, a desprezava, era punido.⁷²

Como se disse acima⁷³, os augúrios não só eram o fundamento, em boa parte, da antiga religião dos gentios, como também eram razão do bem-estar da república romana.

71. Ainda não havia a negligência pelos deuses que hoje domina, e ninguém adaptava a si, com interpretações, os juramentos e as leis (*Id.*, III, 20). [N. da T.]

72. Tito Lívio, X, 40. [N. da R. T.]

73. Cf. *Discursos*, I, 12. [N. da R. T.]

mana. Por isso, os romanos davam-lhe mais atenção do que a qualquer outra ordenação dessa religião; e usavam-nos em comícios consulares⁷⁴, ao darem início a novos empreendimentos, ao porem os exércitos em campanha, ao travarem batalhas e em todas as ações importantes, quer civis, quer militares; e nunca iam a uma expedição sem antes terem convencido os soldados de que os deuses lhes prometiam a vitória. E entre outros auspícios, nos exércitos havia certos tipos de arúspices chamados pulários⁷⁵; e, sempre que decidiam travar batalha com o inimigo, os romanos queriam que os pulários fizessem seus auspícios; e, se os galos bicavam a comida, era bom o augúrio para o combate; se não a bicavam, abstinham-se de combater. No entanto, quando a razão lhes mostrava que uma coisa devia ser feita, mesmo que os auspícios fossem contrários, faziam-na de qualquer maneira, mas apresentando-a [*trivoltantantia*] com termos e modos hábeis para não darem a impressão de que a faziam desprezando a religião.

Esse procedimento foi usado pelo cônsul Papírio num combate importantíssimo que travou com os samnitas, depois do qual estes ficaram totalmente enfraquecidos e aflitos. Porque, estando Papírio em campo aberto diante dos samnitas e parecendo-lhe que teria vitória certa, quis travar batalha; ordenou então aos pulários que dessem seus auspícios; os galos, porém, não bicavam a comida, mas, como o principal dos pulários visse a grande disposição do exército para combater e a certeza que havia no capião e em todos os soldados de que venceriam, para

74. Na eleição dos cônsules. [N. da R. T.]

75. Os pulários (*pularii*) faziam presságios observando o comportamento dos galos sagrados. [N. da T.]

não privar o exército da ocasião de bem combater, disse ao cônsul como os auspícios eram bons: assim, Papírio ordenou as tropas, e, visto que alguns pulários contaram a uns soldados que os galos não tinham bicado a comida, estes o disseram a Espúrio Papírio, sobrinho do cônsul; este, por sua vez, narrando o fato ao cônsul, ouviu deste que fosse cumprir bem a sua tarefa, pois, quanto a ele e ao exército, os auspícios eram bons; e, se o pulário tivesse dito mentiras, o prejuízo seria dele. E para que o efeito correspondesse ao prognóstico, ordenou aos lugares-tenentes que pusessem os pulários na primeira linha de combate. Foi assim que, enquanto avançavam contra os inimigos, um soldado romano, ao atirar um dardo, matou sem querer o principal dos pulários: ao saber disso, o cônsul disse como tudo estava correndo muito bem e com o favor dos deuses, pois com a morte daquele mentiroso o exército se purgara de todas as culpas e de toda a ira que os deuses nutrissem contra ele. E assim, por saber acomodar suas intenções aos auspícios, tomou a decisão de combater, sem que o exército se apercebesse de que em algum ponto ele negligenciara as ordenações de sua religião.

Ápio Pulcro fez o contrário na Sicília, na primeira guerra púnica, quando, querendo travar batalha com o exército cartaginês, mandou os pulários ler os auspícios; dizendo-lhes eles que os galos não tinham bicado a comida, ele respondeu: "Veíamos se querem beber!"; e mandou jogá-los ao mar. E foi assim que, combatendo, perdeu a batalha: razão pela qual ele foi condenado em Roma, e Papírio foi honrado, não tanto por ter este vencido e aquele perdido, mas porque diante dos auspícios este se conduziu com prudência e aquele com temerida-

de. E a outro fim não tendia esse modo de ler auspícios, senão ao de levar os soldados a combater com confiança; confiança da qual quase sempre nasce a vitória. E isso foi não somente usado pelos romanos, como também pelos estrangeiros: pareceu-me oportuno aduzir um exemplo desses no próximo capítulo.

15. Os samnitas, como remédio extremo para sua situação aflitiva, recorrem à religião

Como os samnitas fossem derrotados várias vezes pelos romanos e finalmente destruídos na Toscana⁷⁶, visto que seus exércitos e seus capitães tinham sido dizimados, e seus aliados, como os toscanos, os franceses e os úmbrios, tinham sido vencidos, "nec suis nec externis viribus iam stare poterant; tamen bello non abstinebant, adeo ne infeliciter quidem defensae libertatis taecebat, et vincti, quam non tentare victoriam, malebant"⁷⁷. Por isso, decidiram fazer a última tentativa: e como sabiam que, se quisessem vencer, precisavam infundir obstinação nos ânimos dos soldados, e que para tanto não havia melhor meio que a religião, pensaram em repetir um antigo sacrifício deles, que seria realizado por Óvio Pácio, seu sacerdote, desta forma⁷⁸: feito o sacrifício solene, todos os comandantes do exército tiveram de jurar, entre as víti-

76. Em 259 a.C. [N. da T.]

77. Já não podiam contar nem com os seus homens, nem com os estrangeiros; no entanto, não se abstinham de guerrear, a tal ponto que não se cansavam de defender sua liberdade, ainda que sem sorte, e preferiam ser vencidos a não tentar vencer (Tito Lívio, X, 31). [N. da T.]

78. Tito Lívio, X, 38. [N. da R. T.]

mas mortas e os altares acessos, que jamais abandonariam a batalha; a seguir os soldados foram chamados um a um, e entre aqueles altares, no meio de vários centuriões, com as espadas em punho, primeiro eram obrigados a jurar que não repetiriam nada do que vissem ou ouvissem, e depois, com palavras de imprecação e versos cheios de pavor, precisavam prometer aos deuses que obedeceriam com presteza a tudo o que os imperadores lhes ordenassem, e que jamais fugiriam da batalha, matando quem quer que vissem fugir: e, se tais coisas não fossem observadas, o castigo recairia sobre sua família e sua estirpe. E alguns deles, mostrando-se amedrontados e não querendo jurar, foram logo mortos por seus centuriões; de tal modo que todos os outros que vieram depois, apavorados com a ferocidade do espetáculo, juraram. E, para tornar mais magnífica aquela multidão de quarenta mil homens, metade vestiu-se de branco, com cristas e penachos sobre as celadas; e assim ordenados foram para as proximidades de Aquilônia. Contra eles marchou Papírio, que, para confortar os seus soldados, disse: "non enim cristas vulnera facere, et picta atque aurata scuta transire romanum pilum"⁷⁹. E para enfraquecer a opinião que os seus soldados tinham dos inimigos, devido ao juramento feito, disse que aquilo era sinal de medo, e não de força, porque ao mesmo tempo tinham medo dos cidadãos, dos deuses e dos inimigos. E, travado o combate, os samnitas foram vencidos, porque a *virtu* romana e o temor que eles sentiam pelas derrotas passadas venceram qualquer obstinação que pudessem ter ganho em virtude da

79. De fato, as cristas não ferem, e o dardo romano transpassa os escudos pintados e dourados (*Id.*, X, 39). [N. da T.]

religião e do juramento feito⁸⁰. No entanto, percebe-se que não lhes pareceu possível outra saída nem outro remédio para reavivarem a esperança de recuperar a *virtù* perdida. O que demonstra plenamente quanta confiança se pode ganhar usando bem a religião. E, embora essa parte talvez devesse ser posta entre as coisas estrangeiras, foi por estar ligada a uma das ordenações mais importantes da república romana que me pareceu oportuno inseri-la neste lugar, para não dividir este assunto e precisar retornar a ele várias vezes.

16. O povo acostumado a viver sob a autoridade de um príncipe, se por algum acontecimento se torna livre, dificilmente mantém a liberdade⁸¹

A grande dificuldade que um povo acostumado a viver sob a autoridade de um príncipe enfrenta para conservar a liberdade que por algum acontecimento venha a conquistar – como a conquistada por Roma depois da deposição dos Tarquínios – é demonstrada por infinitos exemplos que podem ser lidos nas memórias das antigas histórias. E tal dificuldade tem razão de ser; porque esse povo não é diferente de um animal bruto que, embora de natureza feroz e silvestre, tenha sido criado no cativeiro e na servidão, e que depois, ao ser solto em campo aberto, por não estar acostumado a alimentar-se e por não conhecer os lugares onde possa refugiar-se, torna-se presa do primeiro que queira aprisioná-lo de novo.

80. Tito Lívio, X, 41. [N. da R. T.]

81. *Id.*, II, 1-5. [N. da R. T.]

O mesmo ocorre a um povo, que, acostumado a viver submeio ao governo de outros, por não saber defender-se nem atacar nas lides públicas, por não conhecer os príncipes nem ser por eles conhecido, logo se submeio de novo ao jugo, que na maioria das vezes é mais pesado do que o anterior que, pouco antes, ele se arrancara do pescoço: e fica em meio a tais dificuldades, desde que a matéria não esteja corrompida. Porque um povo inteiramente corrompido não pode, nem por breve tempo, viver livre, como abaixo se descobrirá: por isso, o que aqui dizemos refere-se aos povos entre os quais a corrupção não seja muito propagada, sendo ainda maior a parte boa que a podre.

A essa dificuldade se soma outra, qual seja, o estado que se torna livre angaria partidários inimigos, e não partidários amigos. Tornam-se partidários inimigos todos os que se prevalecem do estado tirânico, ceivando-se das riquezas do príncipe; esses, desaparecendo a possibilidade de tirarem proveito, não podem viver contentes e são forçados a tentar resgatar a tirania, para recuperarem a autoridade. Não se conquistam, como disse, partidários amigos; porque na vida livre concedem-se honrarias e prêmios por algumas razões honestas e determinadas, afora as quais não se premia nem se honra ninguém; e quando alguém tem as honras e as utilidades que acredita merecer, não confessa obrigações para com quem as concede. Além disso, há uma utilidade comum proveniente da vida livre que ninguém reconhece enquanto a possui, e essa utilidade consiste em poder cada um gozar livremente e sem temor das coisas que tem, em não duvidar da honra das mulheres e dos filhos, em não temer por si mesmo; porque ninguém jamais confessará obrigações para com alguém que não o ofenda.

No entanto, como disse acima, o estado livre, nascen-
te, vem a ter partidários inimigos, e não partidários ami-
gos. E, para se remediarem esses inconvenientes e as de-
sordens que as dificuldades acima citadas trariam consi-
go, não existe remédio mais poderoso, mais válido, mais
seguro e mais necessário que matar os filhos de Bruto⁸²:
estes, como mostra a história, só foram induzidos, com
outros jovens romanos, a conjurar contra a pátria porque
com os cônsules não podiam auferir as vantagens ilícitas
[*non si potuero valere straordinario*] que auferiam
com os reis; desse modo, a liberdade daquele povo pare-
cia ter-se tornado servidão para eles. E quem se puser a
governar uma multidão, seja por via de liberdade ou por
via de principado, se não se garantir contra os que são
inimigos da nova ordenação, criará um estado de vida
breve [*poca vital*]. Verdade é que considero infelizes os
príncipes que, para assegurarem o seu estado, precisam
valer-se de meios extraordinários, visto terem por inimi-
gos uma multidão: porque quem tem por inimigo os pou-
cos⁸³ consegue segurança com facilidade e sem muitos es-
cândalos; mas quem tem o povo todo [*l'universal*] por
inimigo nunca está seguro; e, quanto mais crueldade usar,
mais fraco se tornará seu principado. De tal sorte que o
maior remédio é procurar angariar a amizade do povo.⁸⁴

E ainda que as coisas sobre as quais discorro agora
não estejam em conformidade com o que se encontra aci-
ma, visto que falo aqui de um principado e ali de uma re-

82. A referência é feita aos filhos de Lúcio Júnio Bruto, fundador da re-
pública romana. Seus filhos, que conspiraram a favor do rei Tarquínio, foram
mortos pelo pai (cf. *Discursos*, III, 3). [N. da T.]

83. Cf. *O príncipe*, 18. [N. da R. T.]

84. Cf. *Discursos*, I, 5, e *O príncipe*, 9. [N. da R. T.]

pública, para não precisar retornar a este assunto quero
dizer algumas palavras. O príncipe, portanto, que queira
conquistar um povo que lhe seja inimigo – em se trata-
do dos príncipes que se tenham tornado tiranos em sua
pátria –, deve examinar primeiro o que o povo deseja;
verá então que ele sempre deseja duas coisas: uma é vin-
gar-se dos que lhe acarretam a servidão, e outra é reco-
brar a liberdade. O primeiro desejo pode ser satisfeito no
todo; o segundo, em parte. Quanto ao primeiro, existe um
exemplo apropriado. Quando Clearco, tirano de Hera-
cléia, estava no exílio, ocorreu um conflito entre o povo
e os optimates de Heracleia; estes, sentindo-se em infe-
rioridade, voltaram-se para Clearco e, por meio de uma
conjunção, o puseram no governo de Heracleia, contra a
disposição do povo, que se viu privado da liberdade. Des-
se modo, Clearco, encontrando-se entre a insolência dos
optimates, que ele não conseguia de modo algum con-
tentar nem corrigir, e a raiva do povo, que não podia su-
portar a perda da liberdade, decidiu de um só golpe li-
vrar-se do incômodo causado pelos grandes e angariar a
simpatia do povo. E, assim, aproveitando a ocasião oportu-
na, aniquilou todos os optimates, para extrema satisfa-
ção do povo. Por esse meio, satisfez uma das vontades
que os povos têm, ou seja, vingar-se. Mas, quanto ao ou-
tro desejo popular, que é reaver a liberdade, não poden-
do o príncipe satisfazê-lo, deverá examinar quais são as
razões que fazem tais homens desejar a liberdade; e des-
cobrirá que uma pequena parte deles deseja ser livre para
comandar, mas todos os outros, que são infinitos, desejam
a liberdade para viverem com segurança. Porque em to-
das as repúblicas, sejam elas ordenadas como foren, aos
escalões do comando nunca chegam quarenta ou cinqüen-

ta cidadãos: e, como esse número é pequeno, é fácil obter segurança, seja eliminando-os, seja tornando-os partícipes de honras capazes de contentá-los em boa parte, segundo as suas condições. Os outros, aos quais basta viver em segurança, é fácil satisfazer, criando ordenações e leis que contemplem tanto o poder do príncipe quanto a segurança de todos *liviersalei*. E, sempre que assim se fizer, se o povo vir que, por nenhum acontecimento, tais leis serão violadas, o príncipe em breve começará a viver seguro e contente. Exemplo disso está no reino de França⁸⁵, que vive seguro simplesmente porque seus reis estão vinculados a infinitas leis, nas quais se inclui a segurança de todos os seus povos. E quem ordenou aquele estado desejou que seus reis dispusessem das armas e do dinheiro, mas que de quaisquer outras coisas só se pudessem dispor segundo o que fosse ordenado pelas leis. Portanto, o príncipe ou a república que não se asseguraram no princípio de seu estado, deverão obter a segurança na primeira ocasião, como fizeram os romanos. Quem deixar passar a ocasião, se arrependerá tarde demais por não ter feito o que devia⁸⁶.

O povo romano, pois, como ainda não estava corrompido quando recuperou a liberdade, depois de mortos os filhos de Bruto e extintos os Tarquínios, pôde conservá-la com todos aqueles modos e ordenações sobre os quais de outra vez discorreremos. Mas, quando o povo está corrompido, nem em Roma nem alhures se encontram remédios válidos para mantê-la, como mostraremos no capítulo seguinte.

85. Cf. *Discursos*, I, 55, e *O príncipe*, 19. [N. da R. T.]

86. Cf. "Dell'occasione", in *I Capitoli*. [N. da R. T.]

17. Um povo corrompido que se torne livre com enorme dificuldade se mantém livre⁸⁷

Julgo que era necessário que ou os reis desaparecessem em Roma, ou Roma em curtíssimo tempo se tornaria fraca e de nenhum valor; porque, considerando o grau de corrupção a que haviam chegado aqueles reis, a prosseguirem daquele modo por mais duas ou três sucessões, e se a corrupção que neles havia tivesse começado a espalhar-se pelos membros, uma vez que estes também estivessem corrompidos, teria sido impossível reformá-la. Mas, perdida a cabeça quando o busto ainda estava inteiro, os membros puderam facilmente voltar a viver livres e ordenados. E é de pressupor como grande liberdade que uma cidade corrompida que viva sob o domínio de um príncipe jamais poderá viver livre depois de morto o príncipe com toda a sua estirpe; aliás, é preciso que um príncipe elimine o outro: e sem criação de um novo senhor ela nunca se aquietará, a não ser que a bondade de um, aliada à *virtu*, a mantenha livre; mas tal liberdade durará tanto quanto durar a vida dele: foi o que ocorreu em Siracusa, de Díon e Timoleonte: em suas diferentes épocas, enquanto eles viveram, sua *virtu* manteve a cidade livre; depois de mortos, porém, voltou-se à antiga tirania. Mas não se vê exemplo mais forte que o de Roma, onde, expulsos os Tarquínios, logo foi possível ganhar e manter a liberdade; mas, morto César, morto Caio Calígula, morto Nero, extintos todos os céssares, nunca mais se pôde não só manter como também dar princípio à liberdade. E tanta diversidade de acontecimentos numa

87. Títo Lívio, II, 1-5, e *Discursos*, I, 55. [N. da R. T.]

mesma cidade ocorreu apenas porque, nos tempos dos Tarquínios, o povo romano ainda não estava corrompido, e nos últimos tempos estava extremamente corrompido. Porque antes, para que ele se mantivesse firme e disposto a evitar os reis, bastou fazê-lo jurar que jamais permitiria que alguém reinasse em Roma; e nos outros tempos não bastaram a autoridade e a severidade de Bruto⁸⁸, com todas as legiões orientais, para mantê-lo disposto a conservar a liberdade que, à semelhança do primeiro Bruto, este lhe devolvera. Isso proveio da corrupção que as facções de Mário haviam inculcado no povo; César, que as comandava, pôde cegar a multidão a tal ponto que ela não percebeu o jugo que por si mesma se punha sobre o pescoço.

E, embora esse exemplo de Roma deva ter preferência a qualquer outro exemplo, gostaria de, a propósito, aduzir casos de povos conhecidos em nossos tempos. Digo, portanto, que nenhum acontecimento, por mais grave e violento que fosse, poderia jamais tornar Milão ou Nápoles livres, por estarem seus membros totalmente corrompidos. Viu-se isso depois da morte de Filipo Visconti, pois Milão, desejando ganhar liberdade, não pôde e não soube mantê-la. No entanto, foi grande a sorte de, em Roma, tais reis se terem logo corrompido, sendo por isso expulsos, antes que sua corrupção penetrasse nas entranhas da cidade: essa ausência de corrupção foi a razão de os infinitos tumultos ocorridos em Roma não terem prejudicado, mas, ao contrário, favorecido a república, visto que a finalidade dos homens⁸⁹ era boa.

88. Marcos Júnio Bruto, inspirador da conspiração contra César. [N. da T.]
89. Dos plebeus. Cf. *Discursos* I, 5, [N. da R. T.]

E pode-se concluir que, onde a matéria não é corrupta, os tumultos e outros escândalos não causam danos: onde é corrupta, de nada valem leis bem-ordenadas, se estas não forem criadas por alguém que, com extrema força, as faça observar, a tal ponto que a matéria se torne boa. O que não sei se alguma vez ocorreu ou se é possível que ocorra: porque se percebe, como há pouco disse, que uma cidade que entrou em decadência, por corrupção da matéria, se porventura for soerguida, só poderá sê-lo pela *virtu* dum homem que ainda esteja vivo, e não por *virtu* do povo [*dello universale*] a dar sustentação a boas ordenações; e, assim que aquele morre, a cidade retorna a seu antigo hábito: foi o que ocorreu em Tebas, que, enquanto Epaninondas viveu, graças à *virtu* deste conseguiu manter forma de república e de império⁹⁰, mas, depois de sua morte, recaiu nas antigas desordens. A razão disso é que nenhum homem pode ter vida tão longa que dê tempo bastante para acostumar bem uma cidade que por longo tempo foi mal acostumada. E, se alguém que tenha vida longa, ou se uma sucessão de dois príncipes virtuosos não a dispuser a tais bons costumes, com a falta deles, conforme dissemos acima, advém-lhe a ruína, se é que passando por muitos perigos e derramamentos de sangue não renasça. Porque tal corrupção e pouca aptidão à vida livre provém de uma desigualdade existente na cidade, e quem quiser dar-lhe igualdade precisará lançar mão de meios extremos [*gravi-*

90. Em vez de "forma de república e de império", inglês propõe "forma de república e império" e justifica: "Todos os testemunhos e, portanto, Mazzoni, [transcrevem] *di imperio*, mas é necessário corrigir, porque Tebas teve *l. império* (ou seja, 'domínio' sobre os outros gregos) e *forma de república* (constituição republicana); enquanto 'forma de império' não significa nada razoável" (INGLISE, *op. cit.*, p. 229). [N. da R. T.]

dissimi straordinari], o que poucos sabem ou querem fazer; acerca disso falaremos com mais particulares em outro lugar.

18. De que modo, nas cidades corrompidas, se poderia manter um estado livre que já exista ou ordená-lo, caso não exista⁹¹

Não creio que seja inoportuno nem deixe de confortar-se ao assunto de que tratamos acima considerar se numa cidade corrompida é possível manter um estado livre que já exista ou, se não existir, ordenar um. Duas coisas que é muito difícil fazer: e, embora seja quase impossível estabelecer suas regras, por ser necessário agir segundo os graus da corrupção, mesmo assim, visto que me cabe falar de tudo, não quero deixar este assunto para trás. E pressuporei uma cidade extremamente corrompida, a fim de aumentar ainda mais tal dificuldade; por que não há leis nem ordenações bastantes para frear uma corrupção generalizada [*universale*]. Porque, assim como os bons costumes precisam de leis para manter-se, também as leis, para serem observadas, precisam de bons costumes. Além disso, as ordenações e as leis criadas numa república nascente, quando os homens ainda eram bons, mais tarde deixam de convir, quando eles se tornam malvados. E, embora as leis de uma cidade variem segundo os acontecimentos, as ordenações nunca ou raramente variam: isso faz que as novas leis não bastem, porque as ordenações, que estão firmes, as corrompem.

91. Tito Lívio, II, 1-5. [N. da R. T.]

E, para levar a entender melhor essa parte, direi como, em Roma, era ordenado o governo, ou seja, o estado, e como o eram as leis, que com os magistrados refreavam os cidadãos. A ordenação do estado era a autoridade do povo, do senado, dos tribunos, dos cônsules, o modo de candidatar-se e de eleger magistrados e o modo de fazer leis. Essas ordenações pouco ou nada variaram nos acontecimentos. Variaram as leis que refreavam os cidadãos — tal como a lei dos adúlteros⁹², a lei suntuária⁹³, a lei da ambigão⁹⁴ e muitas outras —, à medida que os cidadãos se iam corrompendo. Mas, mantendo-se as ordenações do estado, que nos tempos de corrupção já não eram boas, tais leis, que se iam renovando, não bastavam para fazer que os homens continuassem sendo bons; no entanto, de muito valeriam se, com a sua inovação, também fossem reformadas as ordenações.

A prova de que tais ordenações, na cidade corrompida, já não eram boas está em dois pontos principais, que são a criação dos magistrados e a das leis. O povo romano só concedia o consulado e os outros cargos superiores da cidade a quem os pleiteava. Essa ordenação, no princípio, foi boa, porque só pleiteavam tais cargos os cidadãos que se consideravam dignos deles, e, sendo ignominiosa a rejeição, para serem considerados dignos, todos obravam bem. Depois, no entanto, na cidade corrompida, esse modo tornou-se perniciosíssimo; porque as magistraturas não eram pleiteadas pelos que tinham mais *virtú*, e sim pelos que tinham mais poder; e os não-po-

92. *Lex Julia de adulteris*, promulgada por Augusto (cf. CAVATA, *op. cit.*, p. 90).

93. Lei contra o luxo (cf. *id.*, *ibid.*).

94. Lei contra a corrupção eleitoral (cf. *id.*, *ibid.*).

derosos, ainda que virtuosos, abstinham-se de pleiteá-las, por medo. Não se chegou a esse inconveniente de repente, mas aos poucos, como ocorreu com todos os outros inconvenientes: porque os romanos, depois de terem dominado a África e a Ásia e imposto obediência a quase toda a Grécia, tomaram-se seguros da liberdade que tinham, e não lhes parecia que houvesse inimigos capazes de causar-lhes medo. A segurança deles e a fraqueza dos inimigos fizeram que o povo romano, ao conceder o consulado, já não mais tivesse consideração pela *virtu*, mas sim pela popularidade, guiando a tal cargo aqueles que mais soubessem lidar com os homens, e não os que mais soubessem vencer os inimigos; depois, daqueles que tinham mais popularidade, decaíram mais e passaram a conceder o cargo aos que tivessem mais poder; assim, os bons, por defeito de tal ordenação, ficaram de todo excluídos. Um tribuno ou outro cidadão podiam apresentar ao povo uma lei, sobre a qual qualquer cidadão podia falar a favor ou em contrário, antes que se deliberasse a seu respeito. Essa ordenação foi boa enquanto os cidadãos foram bons; porque sempre foi bom que qualquer um que pretendesse fazer um bem ao público pudesse apresentar uma lei; e também é bom que todos possam emitir sua opinião sobre ela, para que o povo, depois de ouvi-las todas, possa escolher a melhor. Mas, depois que os cidadãos se tornaram maus, a ordenação tornou-se péssima, porque só os poderosos apresentavam leis, não em favor da liberdade comum, mas do seu poder; e contra elas ninguém podia falar, por medo daqueles: de tal modo que o povo ou era enganado ou forçado a deliberar a sua própria ruína.

Portanto, para que Roma se mantivesse livre naquele estado de corrupção, era necessário que, assim como ao

longo de sua vida criara novas leis, também tivesse criado novas ordenações: porque, para um sujeito mau, as ordenações e os modos de vida ordenados são diferentes dos que se ordenam para um sujeito bom; e a forma não pode ser semelhante em uma matéria de todo contrária. Mas tais ordenações ou devem ser renovadas todas de uma só vez, tão logo se descubra que não são mais boas, ou aos poucos, antes que todos percebam seu inconveniente; digo que ambas as coisas são quase impossíveis. Porque, para que elas sejam renovadas aos poucos, é preciso que isso seja promovido por um homem prudente, que perceba o inconveniente de antemão, quando ele nasce. Desse tipo de homem é fácil que nunca surja nenhum em dada cidade: e, mesmo que surgisse, pode ser que nunca persuadissem os outros daquilo que pretendesse; porque os homens, acostumados a viver de um modo, não querem mudá-lo, sobretudo se não vêem o mal de perto, mas tendo este de ser-lhes mostrado por conjectura. Quanto a inovar tais ordenações de uma só vez, quando todos reconhecem que não são boas, digo que essa inutilidade, quando facilmente reconhecível, é difícil de corrigir; porque, para tanto, não basta usar medidas ordinárias, visto que os modos ordinários são maus; mas é necessário recorrer ao extraordinário, como a violência e as armas, tornando-se, antes de mais nada, príncipe em tal cidade, para poder dispô-la a seu modo. E, como a reordenação de uma cidade para a vida política pressupõe um homem bom, e tornar-se príncipe de uma república pela violência pressupõe um homem mau, ver-se-á que raras vezes um homem bom queira tornar-se príncipe por um malvado, tornando-se príncipe, deseje bem obrar e

que se lhe incuta no ânimo o bom uso da autoridade que conquistou por meios maus.

De tudo o que dissemos acima provém a dificuldade, ou a impossibilidade, de nas cidades corrompidas manter ou criar uma república. Mas, em se precisando criar ou manter uma, seria necessário, antes, reduzi-la ao estado régio do que ao estado popular; para que os homens insolentes que não pudessem ser corrigidos pelas leis fossem de algum modo freados por uma autoridade quase régia. E torná-los bons por outros meios seria empresa crudelíssima ou de todo impossível; como já disse acima, foi o que fizeram Cleômenes, que, para governar sozinho, matou os éforos, e Rômulo, que, pelas mesmas razões, matou o irmão e Tito Tácio Sabino, mas depois usaram bem a autoridade conquistada; entretanto, é preciso notar que nenhum dos dois tinha o sujeito maculado por aquela corrupção de que estamos falando neste capítulo, motivo por que puderam desejar e realizar seus projetos.

19. *Depois de um príncipe excelente pode-se manter um príncipe fraco; mas, depois de um fraco, não se pode manter reino algum com outro príncipe fraco*⁹⁵

Considerando-se a *virtu* e o modo do proceder de Rômulo, Numa e Tulo Hostílio, os três primeiros reis romanos, vê-se que Roma foi sorteada com uma fortuna imensa, pois o primeiro rei foi ferocíssimo e belicoso, enquanto o segundo foi tranqüilo e religioso, ao passo que

.....
95. Tito Lívio, I, 4-32. [N. da R. T.]

o terceiro se assemelhou em ferocidade a Rômulo, sendo mais amante da guerra que da paz.

Porque era necessário que nos primórdios de Roma surgisse um ordenador da vida civil, mas depois era necessário que os outros reis retomassem a *virtu* de Rômulo; se isso não ocorresse, a cidade se tornaria efeminada e presa fácil dos vizinhos. Donde se pode notar que um sucessor que não tenha tanta *virtu* quanto o primeiro pode manter um estado graças à *virtu* daquele que o governou antes, sendo possível gozar os frutos de seu trabalho, mas, se ocorrer que sua vida seja longa ou que depois dele não surja outro que retome a *virtu* do primeiro, é necessário que tal reino se arruíne. Assim, ao contrário, é freqüente ocorrer que dois príncipes de grande *virtu*, sucedendo-se um ao outro, façam coisas grandiosas e que sua fama atinja as alturas do céu.

Davi, sem dúvida, foi homem excelente nas armas, na doutrina, no juízo; e foi tanta a sua *virtu*, que, depois de vencer e derrotar todos os vizinhos, legou a seu filho Salomão um reino pacificado, que este pôde conservar com a arte da paz, e não com a guerra, conseguindo gozar com felicidade os frutos da *virtu* do pai. Mas não conseguiu legar o mesmo a seu filho Roboão, que, não se assemelhando em *virtu* ao avô e em fortuna ao pai, a duras penas ficou com a sexta parte do reino. Baisit, sultão dos turcos, por ser mais amante da paz que da guerra, pôde gozar os frutos do trabalho de Maomé, seu pai, pois este, depois de vencer os vizinhos, como Davi, legou um reino sólido, que podia ser facilmente conservado com a arte da paz. No entanto, se o seu filho Salm, atual senhor, tivesse sido semelhante ao pai, e não ao avô, aquele reino se arruinaria; mas vê-se que este está para superar a

glória do avô. Quero portanto dizer, com esses exemplos, que, depois de um príncipe excelente, um príncipe fraco pode manter-se; mas, depois de um fraco, nenhum reino pode manter-se com outro príncipe fraco, caso não seja mantido por suas antigas ordenações, como o reino de França: e são fracos os príncipes que não se ocupam da guerra.

Concluo, portanto, do que disse que a *virtu* de Rômulo foi tão grande que deu a Numa Pompílio a possibilidade de governar Roma durante muitos anos com a arte da paz: mas, depois dele veio Tulo, que com sua ferocidade recuperou a fama de Rômulo: depois dele, veio Anco, dotado pela natureza de tal modo que podia usar a paz e suportar a guerra. Começou por desejar manter a via da paz, mas logo percebeu que os vizinhos, considerando-o efeminado, o menosprezavam, e assim achou que, para manter Roma, precisava voltar-se para a guerra, assemelhando-se a Rômulo, e não a Numa.

Que isso sirva de exemplo a todos os príncipes que governam um estado; pois quem se assemelhar a Numa manterá ou não o estado, segundo aquilo que seja determinado pelos tempos ou pela fortuna: mas quem se assemelhar a Rômulo, sendo como ele armado de prudência e de armas, o manterá de qualquer modo, desde que ele não lhe seja arrebatado por força obstinada e extraordinária. E certamente se pode considerar que, se o terceiro rei de Roma tivesse sido um homem incapaz de devolver-lhe a reputação por meio das armas, ela nunca mais teria conseguido ganhar poder; ou o teria obtido com enorme dificuldade; tampouco poderia ter realizado os feitos que realizou. E assim, enquanto foi governada pelos reis, esteve exposta ao perigo de ser arruinada por um rei fraco ou malvado.

20. A sucessão de dois príncipes virtuosos produz grandes efeitos; e como as repúblicas bem ordenadas têm necessariamente sucessões virtuosas, sendo portanto grandes as suas conquistas e a sua expansão

Depois que Roma expulsou os reis, deixou de estar exposta aos perigos de que falamos acima, ou seja, da sucessão de um rei fraco ou mau. Porque aos cônsules foi dado o poder supremo, não por herança, fraudes ou ambição violenta, mas por sufrágio livre; e eram sempre excelentes homens: Roma, valendo-se de tempos em tempos da *virtu* e da fortuna deles, pôde atingir o máximo da grandeza num número de anos igual aos que estivera sob os reis. Assim se vê que a sucessão de dois príncipes virtuosos – como foram Filipe da Macedônia e Alexandre Magno – é suficiente para a conquista do mundo. Mais ainda deve realizar uma república, que pode eleger não só dois, mas infinitos príncipes virtuosíssimos em sucessão, o que deve ocorrer sempre em toda república bem ordenada.

21. Da censura merecida pelo príncipe e pela república que não têm armas próprias⁹⁶

Os príncipes atuais e as repúblicas modernas que não têm soldados próprios para a defesa e o ataque devem envergonhar-se e, diante do exemplo de Tulo, concluir que tal deficiência não se dá por falta de homens ap-

⁹⁶ Cf. *O príncipe*, 12. [N. da R. T.]

tos para a milícia, mas por culpa deles mesmos, que não souberam fazer de seus homens soldados. Porque Tulo, ao suceder no reino, não encontrou nenhum homem que alguma vez houvesse ido à guerra, visto que Roma estivera em paz durante quarenta anos⁹⁷: apesar disso, como tencionasse entrar em guerra, nunca pensou em valer-se dos samnitas nem dos toscanos, nem de outros homens acostumados às armas, mas, como homem prudentíssimo que era, deliberou valer-se dos seus. E foi tão grande a sua *virtu*, que, durante o seu governo, em pouquíssimo tempo conseguiu fazer deles soldados excelentes. E a mais verdadeira das verdades é que, se não houver soldados onde há homens, isso provém de uma falha do príncipe, e não de outra falha qualquer, do lugar ou da natureza. E disso temos exemplo recentíssimo. Porque, como todos sabem, há pouco tempo⁹⁸, quando o rei da Inglaterra atacou o reino de França, não o fez com outros soldados que não fossem dos seus povos; e, como aquele reino passara mais de trinta anos sem guerra, não tinha soldados nem comandantes que houvessem alguma vez combatido: apesar disso, não hesitou em atacar com eles um reino cheio de comandantes e bons exércitos, que haviam estado em ação contínua nas guerras da Itália. Tudo decorreu de aquele rei ser um homem prudente e de aquele reino ser bem ordenado, que em tempos de paz não negligencia as ordenações da guerra.

Os tebanos Pelópidas e Epaninondas, depois de libertarem Tebas, de livrá-la da sujeição ao império espartano, apesar de estarem numa cidade acostumada a servir, em meio a povos efeminados, não hesitaram — tanta

97. Duração do governo de Numa. [N. da R. T.]

98. 1513 (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 93).

era a sua *virtu* — em arremetentá-los em exércitos e com eles combater em campo aberto com os exércitos espartanos, vencendo-os: e quem escreve sobre isso diz que ambos mostraram, em pouco tempo, que não só na Laodemônia nasciam homens guerreiros, mas em qualquer outro lugar onde nascessem homens, desde que se encontrasse quem os soubesse encaminhar para a milícia, como o soube fazer Tulo com os romanos, conforme se vê. E Virgílio não poderia exprimir melhor essa opinião, nem com outras palavras podia mostrar que aderira a ela, quando disse:

Desidesque movebit
Tullus in arma viros.⁹⁹

22. *Daquilo que se deve notar sobre os três Horácios, de Roma, e os três Curíácios, de Alba*¹⁰⁰

Tulo, rei de Roma, e Mécio, rei de Alba, estabeleceram que, dos dois povos, seria senhor do outro aquele cujos três homens (acima citados) vencessem. Foram mortos os três Curíácios, de Alba, e ficou vivo um dos Horácios, de Roma; por isso, Mécio, rei albano, e seu povo ficaram sujeitos aos romanos. E o Horácio vencedor, ao voltar para Roma, encontrando uma de suas irmãs, que era prometida em casamento a um dos três Curíácios mortos, a chorar a morte do marido, matou-a. Assim, esse Horácio foi por tal erro levado a juízo, sendo libertado de-

99. E Tulo levará os homens ociosos às armas (*Enéida*, VI, 813-4). [N. da T.]

100. Tulo Lívio, I, 24-30. [N. da R. T.]

pois de muitas disputas, mais pelos rogos do pai do que por seus próprios méritos. Há aí três coisas notáveis: uma é que nunca se deve arriscar toda a fortuna com parte das forças; outra é que numa cidade bem-ordenada as culpas nunca são compensadas pelos méritos; a terceira é que nunca são sábias as decisões, quando se deve ou se pode desconfiar de sua inobservância. Porque a servidão é coisa tão séria para uma cidade que não é de crer que seus reis ou seus povos fiquem contentes com o fato de sua submissão provir de três cidadãos seus, como o que quis fazer Mécio, que, embora se confessasse vencido depois da vitória dos romanos, prometendo obediência a Tulo, na primeira expedição que precisaram acordar contra Veios, procurou enganá-los; como se tivesse percebido tarde a temeridade da decisão antes tomada. E, visto que muito se falou desse terceiro fato digno de nota, falaremos apenas dos outros dois, nos próximos dois capítulos.

23. Que não se deve pôr em risco toda a fortuna nem todas as forças; e por que muitas vezes é danosa a defesa de desfiladeiros

Nunca foi julgada sábia a decisão de pôr em risco toda a fortuna nem todas as forças. Isso se faz de vários modos. Um deles consiste em fazer o que fizeram Tulo e Mécio, quando confiaram toda a fortuna da pátria e a *virtu* de todos os homens que ambos tinham em seus exércitos à *virtu* e à fortuna de três cidadãos seus; que constituíam uma parte mínima das forças de cada um. E com tal decisão não se aperceberam de que quase tornavam vão todo o trabalho suportado por seus antecessores para

ordenar a república, para permitir que ela vivesse livre por muito tempo e para fazer de seus cidadãos defensores da liberdade, visto que estava em poder de tão pouca a sua perdição. Coisa que não podia ser mais mal pensada por aqueles reis.

Quase sempre incidem nesse erro aqueles que, diante do avanço do inimigo, decidem defender os lugares difíceis e guardar os desfiladeiros: porque essa decisão será danosa sempre que em tais lugares de difícil defesa não for possível manter comodamente todas as forças. Apenas se isso for possível, tal decisão deverá ser tomada; mas, em sendo difícil o lugar e não se podendo ali manter todas as forças, a decisão é danosa. O que me leva a assim julgar é o exemplo daqueles que, sendo assaltados por um inimigo forte [*potentel*] e sendo o seu território circundado por montes e lugares montanhosos, nunca tentaram combater o inimigo em desfiladeiros e montes, mas foram encontrá-lo para além destes; ou, quando não quiseram assim proceder, esperaram o inimigo entre tais montes, em lugares acolhedores e não montanhosos. E a razão disso foi aquela que se disse acima, ou seja, quando não é possível pôr muitos homens para guardar os lugares montanhosos – seja porque nestes não se pode viver muito tempo, seja por serem tais lugares exíguos, com capacidade para poucos –, não é possível resistir a um inimigo que venha em grande número: e para o inimigo é fácil investir em grande número, porque sua intenção é passar, e não parar; e a quem o espera é impossível esperar em grande número, por precisar manter um alojamento durante mais tempo, não sabendo quando o inimigo vai querer passar por aqueles lugares, como disse, estreitos e estéreis. Portanto, ao perderes a passagem que delibe-

raسته conservar e na qual teu povo e teu exército confiavam, os habitantes e o que resta dos teus homens são tomados de tanto terror que, sem poderes pôr à prova a *virtù* destes, acabas derrotado; e, assim, pôes a perder toda a tua fortuna com parte das tuas forças.

Todos sabem com que dificuldade Aníbal transpôs as montanhas que separam a Lombardia da França, e com que dificuldade transpôs as que separam a Lombardia da Toscana: no entanto, os romanos o esperaram antes em Ticino e depois na planície de Arezzo, preferindo que seu exército fosse dizimado pelo inimigo nos lugares onde tinham a possibilidade de vencer, a conduzi-lo para o alto das montanhas, onde poderia ser destruído pela asperidade do lugar¹⁰¹.

E quem ler com sensatez todas as histórias verá que foram pouquíssimos os comandantes virtuosos que tentaram guardar semelhantes desfiladeiros, tanto pelas razões já ditas, quanto pela impossibilidade de fechá-los todos, visto serem os montes como os campos, que não têm somente os caminhos costumeiros e frequentados, mas muitos outros que, se não são conhecidos pelos forasteiros, o são pelos habitantes da região, com cuja ajuda sempre será levado a qualquer lugar, contra a vontade de quem a ti se opõe. E sobre isso podemos citar exemplo recentíssimo, de 1515. Quando Francisco, rei de França, tentava entrar na Itália para recuperar o estado da Lombardia, o maior argumento aduzido pelos que eram contrários ao seu cometimento era que os suíços o deteriam desfiladeiros entre os montes. E, como depois mostrou a experiência, aquele argumento não tinha funda-

101. Tito Lívio, XXI, 32-7 e 58. [N. da R. T.]

mento, pois o rei, deixando de lado dois ou três lugares guardados pelos suíços, passou por outro caminho desconhecido e, assim, entrou na Itália e aproximou-se deles mais cedo do que era esperado. De tal modo que, apavorados, eles se refugiaram em Milão, e todos os povos da Lombardia se avizinharão dos franceses; assim se mostrou vã a opinião de que os franceses deviam ser re-tidos nas montanhas.

24. As repúblicas bem-ordenadas instituem prêmios e penas para seus cidadãos, e nunca compensam estas com aqueles¹⁰²

Tinham sido imensos os méritos de Horácio, que com *virtù* vencera os Curiácios, e fora atroz a sua culpa, ao matar a irmã: tal homicídio, porém, desgostou tanto os romanos que estes o obrigaram a defender a própria vida em julgamento, apesar de serem tão grandes e recentes os seus méritos. Esse fato poderia parecer um exemplo de ingratidão popular¹⁰³ a quem o considerasse superficialmente: no entanto, quem o examinar melhor e procurar com mais atenção quais devem ser as ordenações das repúblicas, haverá de censurar aquele povo mais por tê-lo absolvido do que por ter desejado condená-lo. E a razão disso é que nenhuma república bem-ordenada jamais usou os méritos de seus cidadãos para anular seus deméritos, mas, tendo ordenado prêmios para as boas obras e penas para as más, mesmo tendo premiado al-

102. Tito Lívio, I, 22-30. [N. da R. T.]

103. Cf. *Discursos*, I, 28-9. [N. da R. T.]

guém por uma boa obra, castigá-lo-á depois, sem consideração alguma por suas boas obras, caso ele venha a cometer uma má ação. E quando tais ordenações são bem observadas, as cidades vivem livres por muito tempo; quando não o são, logo se arruinam. Porque, se num cidadeão que tenha realizado alguma excelente obra em favor da cidade se somarem à reputação proveniente dessa obra a audácia e a confiança de cometer uma ação que não seja boa sem temor de punição, este em breve se tornará tão insolente que se dissolverá toda autoridade da lei [*leitihā*].

E, para que se mantenha a pena pelas más ações, é necessário observar os prêmios pelas boas, como vimos que foi feito em Roma. E mesmo que uma república seja pobre e possa dar pouco, não deve abster-se desse pouco; porque um pequeno prêmio, ainda que concedido como recompensa por um grande benefício, será considerado grande e honroso por quem o recebe. É bem conhecida¹⁰⁴ a história de Horácio Cocles, bem como a de Múcio Cévola: aquele conteve os inimigos numa ponte, até que a ponte fosse destruída; o outro queimou a mão, que errara o alvo, na tentativa de matar Porsena, rei dos toscanos¹⁰⁵. Por tais obras tão insignes cada um dos dois recebeu do estado [*dal publicol*] dois alqueires de terra. Também é conhecida a história de Mânlio Capitolino. Este, por ter salvo o Capitólio dos franceses, que o sitiavam, recebeu dos que estavam sitiados com ele uma pequena medida de farinha, prêmio que foi grande em vista das condições [*secondo la fortuna*] que então imperavam em Roma, no entanto, quando, movido por inveja ou natu-

104. Títo Lívio, II, 10 e 12. [N. da R. T.]

105. Etnoscós. [N. da R. T.]

reza má, suscitou a sedição em Roma, procurando ganhar os favores do povo, Mânlio foi, sem consideração por seus méritos, precipitado do alto do mesmo Capitólio que ele antes salvara com tanta glória¹⁰⁶.

25. *Quem quiser reformar um estado antigo, transformando-o em cidade livre, deverá manter pelo menos algum vestígio dos antigos modos*¹⁰⁷

Quem desejar reformar o estado de uma cidade, se quiser que ele seja aceito e se mantenha com satisfação de todos, precisará conservar algum vestígio pelo menos dos antigos modos, para que o povo não tenha a impressão de que a ordenação mudou, ainda que, na verdade, as novas ordenações sejam de todo estranhas às do passado; porque o comum dos homens [*universale*] se nutre tanto do que parece ser quanto do que é: aliás, muitas vezes se comovem mais com as coisas que parecem ser do que com as que são. Por essa razão, os romanos, reconhecendo essa necessidade no princípio de sua vida livre, ao criarem dois cônsules para substituir um rei, não quiseram que eles tivessem mais de doze lictores, para que não fosse ultrapassado o número de lictores que serviam aos reis. Além disso, como em Roma se costumava realizar um sacrifício anual, que só podia ser presidido pela pessoa do rei, os romanos, não querendo que o povo viesse a sentir falta de qualquer das coisas antigas devido à ausência do rei, criaram um dirigente para tal sacrifício e deram-lhe o nome de *Rex Sacrificulus*, submeten-

106. Títo Lívio, V, 47; VI, 20. [N. da R. T.]

107. *Id.*, II, 1-2. [N. da R. T.]

do-o ao sumo sacerdote: assim, foi satisfeito o desejo do povo por aquele sacrifício, a fim de que ele não tivesse razões para desejar o retorno dos reis. E isso deve ser observado por todos quantos queiram eliminar um antigo modo de vida de uma cidade e conduzi-la a uma vida nova e livre: porque, visto que as coisas novas alteram as mentes dos homens, deves empenhar-te para que tais alterações conservem o máximo possível das antigas; e, se as magistraturas diferem das antigas em número, autoridade e duração, que pelo menos mantenham seu nome. É isso, como disse, o que deve ser observado por todo aquele que queira ordenar a vida política, seja por via de república, seja de reino: mas quem quiser constituir poder absoluto, que os autores chamam de tirania¹⁰⁸, deve renovar tudo, conforme se dirá no próximo capítulo.

26. Um príncipe novo, em cidade ou província por ele tomada, deve renovar tudo

Quem se tornar príncipe de uma cidade ou de um estado, sobretudo se suas bases forem fracas e não se volte à vida civil, ou por via de reino, ou de república, a melhor solução para manter o principado, visto ser ele um novo príncipe, é renovar tudo em tal estado, isto é, constituir novos governos com novas denominações, novas autoridades, novos homens; fazer dos ricos pobres, dos pobres ricos, como Davi, quando se tornou rei: "Qui esurientes implevit bonis, et divites dimisit inanes"¹⁰⁹; além disso, edi-

108. Cf. *Discursos*, I, 10. [N. da R. T.]

109. Que encheu de bens os famintos e dispensou os ricos de mãos vazias. [N. da T.]

ficar novas cidades, demolir outras já edificadas, transferir os habitantes de um lugar para outro; enfim, nada deixar intacto em tal província, e que ninguém tenha título, ordem, estado ou riqueza que não reconheça provir de tal príncipe; e deve ele tomar por modelo Filipe da Macedônia, pai de Alexandre, que, com esses modos, deixou de ser um pequeno rei e se tornou príncipe da Grécia. E quem sobre ele escreve diz que transferia os homens de uma província para outra, como fazem os pastores de seus rebanhos. São modos crudelíssimos e contrários à vida, não só cristã, mas humana; deles qualquer homem deve fugir e preferir viver como cidadão comum [*privato*] a ser rei com tamanha ruína para os homens; no entanto, quem não quiser trilhar esse primeiro caminho do bem, se quiser manter-se, precisará enveredar por esse mal. Mas os homens trilham certos caminhos do meio, que são de todo danosos; porque não sabem ser nem totalmente maus, nem totalmente bons, como se mostrará no próximo capítulo, por via de exemplo.

27. Raríssimas vezes os homens sabem ser de todo maus ou de todo bons

O papa Júlio II, indo a Bolonha em 1505, para expulsar daquele estado a casa dos Bentivogli, que ocupara o principado da cidade durante cem anos, queria também tirar de Perúgia Giovampagolo Baglioni, que lá era tirano, visto que ele havia conjurado contra todos os tiranos que ocupavam as terras da Igreja. E, chegando às cercanias de Perúgia com tal ânimo e deliberação, conhecida por todos, não esperou para entrar na cidade com seu exército,

que o guardaria, mas entrou desarmado, não obstante lá dentro estar Giovampagolo com muitos homens, reunidos para a sua defesa. De tal modo que, guiado pela impetuosidade [*furore*]¹¹⁰ com que conduzia todas as coisas, foi o papa pôr-se nas mãos do inimigo, acompanhado apenas de sua guarda; e trouxe-o consigo, deixando na cidade um governador que administrasse a justiça pela Igreja. Os homens prudentes que acompanhavam o papa notaram a temeridade deste e a covardia de Giovampagolo; e não podiam entender por que este, com sua perpétua fama, não matara de vez o inimigo, enriquecendo-se com a presa, visto que com o papa estavam todos os cardeais, com todas as suas riquezas. Não era de crer que se tivesse absterido por bondade ou que tivesse sido reído pela consciência; porque no peito de um homem famoso, que tinha a irmã por amante, que matara os primos e os sobrinhos para reinar, não podia pousar nenhum respeito piedoso: mas concluiu-se que os homens não sabem ser maus com honra nem bons com perfeição, e que, quando uma maldade tem em si grandeza ou é parcialmente generosa, eles não sabem praticá-la.

Assim, Giovampagolo, que não se importava em ser incestuoso e notório parricida, apresentando-se a ocasião, não soube, ou melhor, não ousou cometer um ato cuja coragem teria despertado a admiração de todos, que teria deixado de si memória eterna, pois ele teria sido o primeiro a mostrar aos prelados a pouca consideração que merece quem vive e reina como eles, e teria feito algo cuja grandeza superaria qualquer infâmia, qualquer perigo que de tal ato pudesse decorrer.

110. Cf. *O príncipe*, 25. [N. da R. T.]

28 Por que razão os romanos foram menos ingratos com seus cidadãos do que os atenienses¹¹¹

Quem ler as coisas feitas pelas repúblicas, em todas encontrará alguma espécie de ingratidão para com seus cidadãos, mas as encontrará em menor número em Roma do que em Atenas e em qualquer outra república. E buscando a razão para tanto, em se falando de Roma e de Atenas, diria que isso acontecia porque os romanos tinham menos motivo para suspeitar de seus cidadãos do que os atenienses. Porque em Roma, se a observarmos desde a expulsão dos reis até Sila e Mário, vemos que nunca foi abolida a liberdade de nenhum de seus cidadãos, de tal modo que não havia grande razão para suspeitar deles, e, por conseguinte, de ofendê-los inconscientemente. Em Atenas ocorreu bem o contrário; porque, privada da liberdade em seu período mais próspero por Pisístrato, enganada por uma simulação de bondade, quando ela voltou a ser livre como antes, lembrando-se das injustiças recebidas e da servidão passada, tornou-se pronta a se vingar, não só dos erros de seus cidadãos, mas também quando apenas desconfiava dos erros. Daí decorreram o exílio e a morte de tantos homens excelentes, a ordenação do ostracismo e todas as outras violências cometidas contra seus optimates em vários momentos. E é grande verdade o que dizem os escritores das coisas políticas [*Levillai*]: que os povos mordem com mais ferocidade depois que recuperaram a liberdade do que enquanto a conservam¹¹². Quem, portanto, pensar bem no que se

111. Tio Lívio, II, 2 e 7. [N. da R. T.]

112. Cícero, *De Officiis*, II, 24: "Acriores autem moeris sunt intermissae libertatis quam retentae" (cf. Cavvra, *op. cit.*, p. 99).

disse não recriminará por isso Atenas nem louvará Roma, mas acusará somente a necessidade, pela diversidade dos acontecimentos surgidos em ambas as cidades. Porque quem considerar as coisas com atenção verá que, se em Roma a liberdade tivesse sido abolida como o foi em Atenas, Roma não teria sido mais piedosa para com seus cidadãos do que foi Atenas. Pode-se então chegar a conclusões verazes acerca daquilo que, depois da expulsão dos reis, ocorreu a Colatino e a Públio Valério: o primeiro, ainda que se encontrasse entre os que libertaram Roma, foi exilado pela simples razão de ter o nome dos Tarquínios; o outro, apenas pela suspeita de mandar construir uma casa sobre o monte Célio, foi também enviado para o exílio. De tal modo que se pode imaginar, em vista da suspeição e da severidade empregadas com estes, que Roma teria sido tão ingrata quanto Atenas se tivesse sido ofendida por seus cidadãos como foi esta, nos primeiros tempos, antes de crescer. E, para não ter de voltar a tratar dessa matéria da ingratidão, direi o que sobre ela for preciso no próximo capítulo.

29. Sobre quem é mais ingrato, um povo ou um príncipe

A propósito da matéria acima, parece-me oportuno discorrer sobre quem nos dá maior número de exemplos dessa ingratidão, se um povo ou um príncipe. E, para melhor discutir tal assunto, digo que o vício da ingratidão nasce da ganância ou da suspeição¹¹³. Porque, quando um povo ou um príncipe envia um comandante seu para alguma expedição importante, caso este vença e, com a

.....
113. Cf. "Dei Ingratitudine", v. 25, in *I Capitoli*. [N. da R. T.]

vitória, conquistou grande glória, deve o príncipe ou o povo premiá-lo como compensação: e, se, em vez de premiá-lo, desonra-o ou ofende-o, movido pela ganância, não querendo recompensá-lo por sentir-se tolhido pela cupidéz, cometerá um erro que não tem perdão; aliás, granjeará para si infâmia eterna. Mesmo assim, encontram-se muitos príncipes que cometem esse pecado. E Cornélio Tácito diz por quê, com esta sentença: "Proclivus est initiae, quam beneficium vicem exsolvere, quia gratia oneri, ultimo in questu habetur"¹¹⁴. Mas, quando não o premiam, ou melhor, o ofendem, não movidos pela ganância, mas pela suspeita, então o povo e o príncipe merecem alguma escusa. E desse tipo de ingratidão, decorrente de tal razão, existem muitos exemplos: porque o comandante que virtuosamente conquistou um império para seu senhor, vendendo os inimigos, cobrindo-se de glória e enchendo seus soldados de riquezas, necessariamente conquistou tanta reputação diante de seus soldados, dos inimigos e dos próprios súditos de seu príncipe que a vitória não pode ser vista com bons olhos pelo senhor que o mandou. E, como a natureza dos homens é ambiciosa e suspeitosa e não sabe impor limites à fortuna, é impossível que a suspeita, logo nascida no príncipe depois da vitória de seu comandante, não seja por este mesmo aumentada com algum comportamento ou palavra insolente. E, assim, o príncipe não pode pensar em outra coisa senão em granjear-se: e, para isso, pensa em mandá-lo matar ou em manchar a reputação que ele granjeou perante o exército ou o povo, mostrando, com grande diligência, que a

.....
114. É mais fácil recompensar um ofensa que um benefício, porque a gratidão é um ônus, enquanto a vingança é um ganho (Tácito, *Historiae*, IV, 3). [N. da T.]

vitória não lhe proveio da *virtu*, mas da fortuna, seja pela covardia dos inimigos, seja pela prudência dos outros comandantes que estiveram com ele naquela ação. Depois que Vespasiano, que estava na Judéia, foi declarado imperador por seu exército, Antônio Primo, que estava com outro exército na Ilíria, pôs-se a seu lado e veio à Itália para lutar contra Virélio, que reinava em Roma, derrotando com grande *virtu* dois exércitos deste último e ocupando Roma, de tal modo que Muciano, mandado por Vespasiano, encontrou tudo conquistado, com todas as dificuldades vencidas graças à *virtu* de Antônio. O prêmio que Antônio ganhou foi o de logo se ver privado da obediência do exército por Muciano, e de, aos poucos, acabar ficando restrito a Roma, sem autoridade alguma; por isso, Antônio foi ter com Vespasiano, que ainda estava na Ásia, e foi por este recebido de tal modo que, em breve, totalmente degradado, morreu como que de desespero. E exemplos tais abundam nas histórias. Em nossos tempos, todos os que estão vivos hoje sabem com que indústria e *virtu* Consalvo Ferrante¹¹⁵, combatendo por Fernando de Aragão no reino de Nápoles, contra os franceses, conquistou e venceu tal reino; e sabem que seu prêmio pela vitória foi que Fernando saiu de Aragão e, chegando a Nápoles, em primeiro lugar destituiu-o do comando do exército, depois o privou das fortalezas e em seguida o levou consigo para a Espanha, onde ele, pouco tempo depois, morreu sem honras. E, portanto, tão natural essa sujeição nos príncipes que estes não podem dela defender-se; e é impossível que usem de gratidão para com aqueles que, com a vitória, fizeram grandes conquistas sob suas insígnias.

.....
115. Gonzalo Fernández de Córdoba. [N. da T.]

E, se disso um príncipe não consegue defender-se, não será milagre nem coisa digna de memória que um povo não o consiga. Porque, visto que uma cidade que vive livre tem dois objetivos – conquistar a liberdade e mantê-la –, é mister que por excessivo amor erre numa coisa e noutra. Sobre os erros na conquista da liberdade, falaremos em seu devido lugar. Quanto aos erros para manter-se livre, são eles, entre outros: ofender os cidadãos que deveria premiar, suspeitar daqueles nos quais deveria confiar. E, embora esse modo de agir dê ensejo a grandes males numa república corrompida, o que muitas vezes a leva à tirania – como ocorreu na Roma de César, que arrancou pela força aquilo que a ingratidão lhe negava –, numa república não corrompida, dá ensejo a grande bem e a faz viver livre, pois que, pelo medo à punição, mantêm consigo os homens melhores e menos ambiciosos. É verdade que entre todos os povos que tiveram império, Roma foi a menos ingrata, pelos motivos acima mencionados: porque se pode dizer que não há outro exemplo da sua ingratidão além do de Cipião, pois Coriólano e Camilo foram exilados pela injúria que fizeram à plebe. Mas, destes, um não foi perdoado por ter sempre nutrido animosidade contra o povo, enquanto o outro não só foi chamado de volta, como durante toda a vida foi adorado como príncipe. Mas a ingratidão demonstrada para com Cipião proveio de uma suspeita que os cidadãos começaram a ter dele e que de outros não tiveram: proveio da grandeza do inimigo que Cipião vencerá¹¹⁶, da reputação obtida com a vitória em tão demorada e perigosa guerra, da celeridade dessa vitória, dos favores que a juventude, a prudência e as suas outras me-

.....
116. Anibal. [N. da T.]

moráveis virtudes [virtudū] lhe granjearam. Coisas estas tão numerosas que faziam ninguém menos que os magistrados de Roma temer sua autoridade: o que muito desagradava aos homens sábios, por ser tudo isso inusitado em Roma. E pareceu tão extraordinária a sua vida, que Catão Prisco, considerado santo, foi o primeiro a opor-se-lhe e a dizer que não se podia chamar livre uma cidade onde houvesse um cidadão que fosse temido pelos magistrados. Assim, o povo de Roma, se nesse caso seguiu a opinião de Catão, merece a desculpa de que disse serem merecedores os povos e os príncipes que se mostram ingratos por suspeita. Concluindo, portanto, estas considerações, digo que, como esse vício da ingratidão decorre da ganância ou da suspeita, vê-se que os povos nunca o tiveram por ganância, e por suspeita o tiveram bem menos que os príncipes, por terem menos razão para suspeitar, como abaixo se dirá.

30. *Que comportamentos deve ter um príncipe ou uma república para escapar a esse vício da ingratidão; e quais deve ter o comandante ou o cidadão para não ser atingido por ela*

Para escapar a essa necessidade de viver com suspeita ou de ser ingrato, o príncipe deve ir pessoalmente às expedições¹¹⁷, como faziam de início os imperadores romanos, como o Turco¹¹⁸ faz em nosso tempo e como fizeram e fazem todos os príncipes que são virtuosos. Portanto, vencendo, a glória e as conquistas são todas suas; e

117. Cf. *O príncipe*, 14, [N, da R. T.]

118. Salim I, o Cruel. [N, da T.]

quando não participam das guerras, a glória é alheia, e só lhes parecerá possível garantir aquela conquista extinguindo em outro a glória que não souberam conquistar; e, assim, se tornam ingratos e injustos: e sem dúvida mais perdem que ganham. Mas, quando, por negligência ou por pouca prudência, ficam em casa ociosos e mandam um comandante à guerra, não tenho preceitos para lhes dar, além daquilo que sabem por si mesmos. Mas digo ao comandante, por julgar que ele não poderá fugir à mordida da ingratidão, que faça uma destas duas coisas: ou logo depois da vitória deixe o exército e ponha-se nas mãos do seu príncipe, abstendo-se de qualquer ato insolente ou ambicioso, para que aquele, livre de suspeitas, tenha motivos para premiá-lo ou para não ofendê-lo, ou, se isso não lhe parecer oportuno, assuma com coragem a conduta oposta, comportando-se segundo a sua crença de que aquela conquista é sua, e não de seu príncipe, granjeando a simpatia dos soldados e dos súditos, fazendo novas amizades com os vizinhos, ocupando as fortalezas com seus homens, corrompendo os capitães de seu exército e garantindo-se quanto àqueles que não possam ser corrompidos, e procurando desse modo punir o seu senhor pela ingratidão de que usaria para com ele. Não há outros caminhos, mas, como se disse acima¹¹⁹, os homens não sabem ser nem de todo malvados, nem de todo bons; e sempre ocorre que, logo depois da vitória, não querem deixar o exército, não podem viver modestamente e não sabem cometer ações violentas e honrosas; assim, por serem ambíguos, entre a incerteza e a ambigüidade são eliminados.

119. Cf. *Discursos*, I, 27, [N, da R. T.]